

CONTRIBUIÇÕES FRANKFURTIANAS NO QUADRO POLÍTICO BRASILEIRO: RECEPÇÃO, ATUALIDADE, (IM)PERTINÊNCIAS

Frankfurtian contributions in the Brazilian political framework:
reception, actuality, (im)pertinence

Luciana **DADICO**¹ (Psicóloga, professora credenciada de pós-graduação do Programa de Estudos Culturais da EACH-USP e membro do Núcleo de Estudos d'O Capital (NEC-PT/SP), Mato Grosso, Brasil)

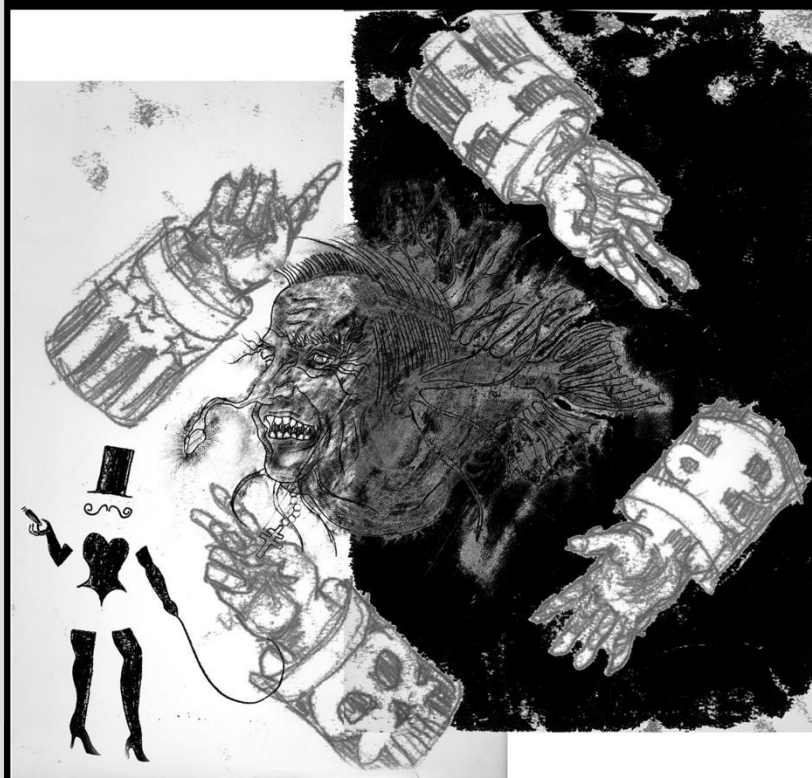
Resumo: Este artigo busca sistematizar algumas das contribuições de autores da chamada Teoria Crítica da Sociedade para a discussão política atual. O texto organiza-se em torno de quatro eixos: 1) uma visão das articulações entre ideologia, estrutura socioeconômica e aspectos da personalidade/caráter – apontando e justificando, em uma visão interdisciplinar e com a contribuição da Psicologia, a tendência para o fascismo latente nas sociedades contemporâneas; 2) como uma leitura que contrapõe teoria crítica e teoria da ação, constituiu-se fator para uma recepção particular da Teoria Crítica da Sociedade no Brasil, na segunda metade do século XX; 3) apresentação de estudos críticos sobre as mediações tecnológicas da experiência, tendo em vista os aspectos políticos, sociais, culturais e psicológicos afetados pela difusão dos meios de comunicação de massa e/ou digitais; 4) exposição dos movimentos das gerações mais recentes de autores teórico-críticos, com foco em algumas das principais polêmicas que fundamentam os trabalhos de Habermas, Honneth e de feministas como Nancy Fraser, Judith Butler e Seyla Benhabib.

Palavras-chave: Teoria Crítica da Sociedade; Personalidade Autoritária; Crítica Cultural; Mídia; Feminismo

Abstract: *The aim of this paper is to introduce some contributions of authors belonging to the Critical Theory of Society to the current political discussion. The text is organized around four axes: 1) the intertwinings between ideology, socioeconomic structure and personality/character aspects – pointing out and justifying, under an interdisciplinary perspective, and with the contribution of Psychology, tendencies towards on a latent fascism in the contemporary societies; 2) how a reading that opposes critical theory to action theory became a factor for a particular reception of the Critical Theory of Society in Brazil, in the second half of the twentieth century; 3) presentation of critical studies on the technological mediations of experience, emphasizing the political, social, cultural, and psychological aspects affected by the diffusion of mass and/or digital media; 4) a brief exposition of the most recent generations of theoretical-critical authors, focusing on their theoretical movements, as well as some of the main controversies underlying the works of Habermas, Honneth and feminists authors such as Nancy Fraser, Judith Butler and Seyla Benhabib.*

Keywords: *Critical Theory of Society; Authoritarian Personality; Cultural Criticism; Media; Feminism*

¹. Luciana Dadico é professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá, e professora credenciada de pós-graduação nos programas de pesquisa em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO-UFTM) e Estudos Culturais (EACH-USP). É graduada em Psicologia e Filosofia, mestre e doutora em Psicologia, com período sandwich na Scuola Normale Superiore di Pisa (Itália). Realizou pós-doutorado na Universidade de São Paulo e na University of California, Berkeley. Atua em temas como Teoria Crítica da Sociedade, Estudos Culturais, História da Psicologia, Psicologia Social, Gênero e Interseccionalidades, Experiência e Mídias Digitais.



Abissal

Arte: Ciro Saurius – gravura em tetrapack sobre monotipia

Este texto tem como objetivo aproximar as contribuições frankfurtianas do conjunto de reflexões que o Núcleo de Estudos do Capital vem tecendo sobre conjuntura e estratégia políticas. Estas contribuições assumem particular relevo na medida em que problemas que constituíram foco da produção de autores da chamada “escola de Frankfurt” seguem vívidos no contexto do neoliberalismo e de sua faceta política neofascista.

Importante notar, aliás, a despeito da surpresa e da indignação causados pela ascensão política de Jair Bolsonaro, no Brasil, de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Viktor Orbán, na Hungria – paralela à guinada à direita verificada na maioria dos países da Europa e América Latina – que os frankfurtianos nunca consideraram o fascismo superado. Pelo contrário. Uma das primeiras pesquisas empíricas levadas a cabo por Theodor Adorno no âmbito da Psicologia Social consistia justamente em identificar e mensurar o potencial fascista latente na sociedade americana do pós-guerra, em um regime alardeado como ícone do modelo de democracia em ascensão na segunda metade do século XX. O experimento realizado na Califórnia por um grupo de pesquisadores financiado pelo American Jewish Comitee, envolveu mais de dois mil sujeitos estadunidenses entre estudantes universitários, militares, sindicalistas, religiosos, rotarianos, mulheres e homens. Combinava o uso de questionários – com perguntas fechadas, amplas e escalas de opinião/atitude – a entrevistas e técnicas projetivas (que incluíam a aplicação de testes psicológicos), aplicadas a sujeitos que haviam obtidos escores muito altos ou muito baixos nos questionários. Foram estabelecidas escalas de anti-semitismo (AS), etnocentrismo (E), conservadorismo político-econômico (CPE) e fascismo (F), cujos resultados correlacionados apontaram a existência de um conjunto de tipos (como manipuladores, rebeldes, psicopatas e maníacos), e síndromes (como a síndrome autoritária, a rigidez e a impulsividade) característicos entre os sujeitos da amostra (ADORNO, 1950; CARONE, 2012).

Subjacente ao estudo estava o pressuposto de que ideologias, preconceitos e opções políticas não estão fundados apenas em princípios lógicos e racionais, mas articulam-se com estruturas profundas de personalidade, que predisõem o indivíduo a esta ou àquela posição ideológica, social e política. No caso específico da personalidade autoritária, teria-se um quadro no qual a repressão social implicaria em uma repressão equivalente dos impulsos internos, de modo que o controle social, internalizado, converter-se-ia em uma predisposição à obtenção de prazer por meio da própria atitude de obediência e/ou subordinação. Isso implicaria em uma adesão facilitada aos padrões estabelecidos e aos apelos do líder fascista. Como expressão de uma personalidade potencialmente antidemocrática, a construção da “escala F” apontou, dentre outros resultados, para a suscetibilidade ao fascismo verificada, em especial, junto à classe média americana.

Se na época em que foi publicado o estudo parecia exagerado e mesmo absurdo diante do entusiasmo democrático propagandeado como conquista americana, contraposto ao nazismo e aos silenciados expurgos por trás da Cortina de Ferro – como aqueles pesquisadores ousavam defender que a sociedade norte-americana era, na verdade, tendencialmente fascista? – hoje, no entanto, a ascensão de alguém como Donald Trump por meio do voto parece materializar a tese daqueles pesquisadores. E mais, explicar o porquê da persistência desta propensão ao fascismo. Daí a fertilidade daqueles estudos.

As pesquisas sobre a Personalidade Autoritária, convém ressaltar, foram as primeiras a valer-se da psicanálise para um estudo de larga escala em Psicologia Social. Por detrás dessa empresa, encontrava-se uma leitura própria da obra de Freud realizada pelos autores da primeira

geração de frankfurtianos – que merece uma explicação à parte, e demanda uma pequena digressão.

A chamada “escola de Frankfurt” nasce por meio de um esforço conjugado de um conjunto de pesquisadores e intelectuais alemães interessados em investigar as causas da ascensão do nazifascismo. Premidos por uma estrutura acadêmica excessivamente conservadora, disciplinar e hierarquizada, por um lado, e por outro, por máquinas partidárias mais interessadas em resultados imediatos e na propaganda ideológica do que na análise sistemática, estes pesquisadores decidem fundar, em 1924, uma organização independente – o Instituto de Pesquisa Social (inicialmente, o Instituto conta com o aporte financeiro de Felix Weil, filho de um exportador de trigo argentino). O Instituto passa a publicar uma revista e, mais tarde, associa-se à Universidade de Frankfurt. Com chegada de Hitler ao poder, é obrigado, em 1933, a transferir-se para Genebra, depois para Paris, e, finalmente, para Nova York. Nesta cidade, sua revista passa a ser publicada com o título de *Estudos de Filosofia e Ciências Sociais*. Com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, os principais diretores da publicação puderam regressar à Alemanha e reorganizar o Instituto em 1950. Seu presidente mais famoso e longevo foi Max Horkheimer, sociólogo e filósofo alemão – responsável por coordenar as atividades científicas do Instituto e conferir-lhe seu perfil de pesquisa interdisciplinar (JAY, 2008).

A opção pela fundação de um Instituto próprio possibilitou a consolidação de programa interdisciplinar pouco convencional, concebido como o único capaz de fazer frente à complexidade dos fenômenos que constituíam o fascismo: apenas a política ou a economia, tomadas de forma isolada, não explicavam satisfatoriamente o sucesso da propaganda hitlerista, nem por que as pessoas, mesmo num país culturalmente tão avançado como a Alemanha, aderiam com tanta facilidade a um líder totalmente tacanho quanto Hitler, ou a um programa político tão irracional como aquele implementado pelo partido nacional-socialista. Especialistas de diversas áreas (como Direito, Economia e Sociologia) foram convidados a integrar o Instituto. Dentre eles, estava Erich Fromm, um dos mais proeminentes psicanalistas de seu tempo na Alemanha.

A preocupação com uma psicologia das massas não era exatamente novidade na Europa, ainda que seus estudos fossem relativamente recentes. *A Psicologia das Multidões*, de Gustave Le Bon, de 1895, dera um passo decisivo para essa empresa, ainda que em sentido negativo – lembrando que antes de Le Bon, nem Maquiavel, nem os contratualistas haviam considerado as massas ou as multidões como forças políticas capazes de modificar a história. Agora, era preciso não apenas conhecer as multidões, como dominá-las (CARONE, 2007). A novidade trazida por Freud, em seu *Psicologia de Massas e Análise do Eu* (1921/2011), ao valer-se da obra de Le Bon, estava em analisar o comportamento das massas sob a ótica da psicologia individual. Para Freud, não eram as massas quem se comportavam de forma irracional, mas os indivíduos que se reuniam em grupo quem o faziam, por motivos relacionados a seus respectivos padrões de personalidade. A contribuição de Fromm irá consistir justamente na investigação desses padrões, sob uma ótica social.

Para este autor, a estrutura pulsional seria modelada não a partir de determinações biológicas, como postulado por Freud, mas por constelações econômicas. Estas constelações, por sua vez, dependeriam em grande medida da conformação de estruturas libidinais típicas daquela sociedade, que encontrariam sua função na preservação das estruturas socioeconômicas vigentes. Por meio dessas estruturas seriam estabelecidos vínculos afetivos entre classes

oprimidas e dirigentes, e a aceitação da opressão. As origens dessas estruturas estariam na família, mas também em outras instituições sociais, que dariam lugar a formas específicas de autoridade e de relação com ela. No contexto em que escreve Fromm, verifica-se um arrefecimento da autoridade do *pater familias* frente à sociedade, demandando, inversamente, maior violência (inclusive em termos de contenção libidinal) para a manutenção de sua posição. Daí que, no período entre guerras, o *caráter social*² predominante fosse o sádico-masoquista – moldando um tipo individual que, a seu turno, encontra aceitação social em sua propensão à obediência ao líder, à economia de recursos e à rigidez de movimentos repetidos requerida pelo modelo de produção industrial taylorista (FROMM, 1983a; 1983b).

Estas análises estão na origem das reflexões sobre psicanálise que subsidiam os estudos interdisciplinares frankfurtianos – incluindo aí aquelas sobre a personalidade autoritária e desdobramentos expressos na *Dialética do Esclarecimento*, escrita em conjunto por Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985). Apesar de sua importante contribuição na formulação do programa frankfurtiano original, Erich Fromm não permaneceu muito tempo no Instituto de Pesquisa Social. Por um lado, por ter entrado em rota de colisão com Adorno, que acabou ocupando seu posto e passaria a figurar como grande parceiro de Horkheimer, então diretor do Instituto. Por outro, em virtude de sua proximidade com a psicanalista Karen Horney, que também emigrara para os Estados Unidos, e acabaria por se tornar um dos principais nomes das chamadas “psicologia do ego” – despidas do arsenal crítico freudiano e voltadas para o ajustamento do indivíduo à sociedade –, que assumiria, inclusive a direção da Associação Psicanalítica de Chicago. Mais afastado da crítica nesta sua segunda fase, Fromm enveredaria por uma linha mais humanista, entrelaçada a um judaísmo místico – curiosamente, esta parte da obra de Fromm que primeiro chega ao Brasil (com títulos como *Ter ou Ser?*, *O medo à liberdade* e outros), influenciando nomes como Paulo Freire e outros intelectuais no país. A recepção da Teoria Crítica no Brasil, aliás, constitui um capítulo à parte, que vale a pena retomarmos adiante.

Como é possível perceber, o programa frankfurtiano apoia-se em uma visão da psicologia que toma a subjetividade do indivíduo como objeto – seu caráter e estrutura de personalidade –, em relação crítica com as estruturas sociais e econômicas vigentes. É a partir daí que são compreendidos os movimentos de massa, as formas de agrupamento social e as relações estabelecidas com o líder (autoritário ou não), com os padrões vigentes e dentro das instituições (posição diferente daquela assumida por psicanalistas argentinos e franceses dedicados à psicologia de grupos). Adorno será aquele quem mais contribuições ofereceu nessa direção. Ainda que não seja pioneira, essa forma de análise mostra-se mais ampla e complexa do que aquela realizada previamente por Wilhelm Reich – o primeiro a fazer uso da psicanálise para investigar questões de natureza política. O mérito frankfurtiano se deve, em parte, ao modo particular de compreender tanto a dialética indivíduo-sociedade e quanto a relação subjetividade-objetividade – assunto que, contudo, merece uma reflexão própria, sobre a qual não irei deter-me aqui.

Reich organizara suas teorias partindo da prática clínica. Daí que um dos objetivos de sua psicologia estivesse na dissolução da *Panzerung*, couraça muscular erigida pelo corpo humano ao longo de seu desenvolvimento, em relação com as questões psicodinâmicas que afetam o organismo na formação de seu caráter. O trabalho do analista consistiria em contribuir,

². O caráter social agruparia os traços comuns a indivíduos de uma mesma condição e classe social, cristalizados como ideologia. Internalizado, o caráter social tenderia a produzir indivíduos o mais próximo possível do padrão normativo.

por meio da dissolução da couraça, para transformar o caráter neurótico em um caráter genital (REICH, 1995). O que se daria com base em uma organização pulsional madura (se a escolha sexual é autônoma ou se baseada na substituição dos objetos de amor primordiais, por exemplo), na constituição de um *supereu* favorável e não hostil ao sexo, e na descarga libidinal genital periódica por meio do orgasmo (de modo que o ego genital pudesse gerir livremente a economia psíquica, percebendo o mundo real ao mesmo tempo em que o critica, quando este se mostra incompatível com suas exigências). Uma das grandes contribuições de Reich (ideia incorporada na sequência pelos teóricocríticos) estava em conceber uma teoria do caráter que estabelecia uma ligação entre a ideologia e a ação subjetivamente motivada (ROUANET, 1986).

O enrijecimento da couraça muscular, para Reich, estava diretamente ligado à repressão sexual, razão pela qual ele defendia a adoção de políticas de educação sexual e uma moral sexual mais afeitas às necessidades libidinais do sujeito – lembrando que o conservadorismo vitoriano esteve em grande medida relacionado à verdadeira epidemia de casos de histeria que deu ensejo ao nascimento da própria psicanálise. Esta chave de raciocínio, que estabelecia uma relação direta entre uma maior liberdade sexual e a liberdade política (e vice-versa), seria confrontada mais adiante por Herbert Marcuse. Já no contexto do pós-guerra, em meio à onda libertária que cercou o maio de 1968, Marcuse rapidamente percebe que o livre exercício da sexualidade também será expropriado pelo capitalismo. Uma das formas pelas quais isto acontece é pela transformação do sexo em mercadoria, que, por sua vez, anima o corpo como objeto sexual e a passa a dotar os produtos de atributos sexuais. A re-sexualização da vida, sob esta lógica, não seria emancipatória, na medida em que conserva traços repressivos: opera já não em favor do princípio do prazer, mas do princípio de realidade. O *eros* reduzido à mera sexualidade acaba domesticado, converte-se em desempenho. O que Marcuse chama de “dessublimação repressiva” faz, ainda, com que a energia libidinal sublimada (lembrando que Freud considerava a sublimação³ fundamental para a construção da cultura) seja substituída pela satisfação direta, redutora, que não contribui para uma libertação real (MARCUSE, 1956).

Carregado pelos ventos da contracultura, *Eros e civilização*, de Marcuse, recebe uma primeira tradução no Brasil (publicada pelo Círculo do Livro) já em 1956, e encontra grande repercussão local. O que contribui para uma recepção particular da Teoria Crítica da Sociedade em nosso país, com raízes fundas em áreas como a Psicologia, a Sociologia, a Teoria Literária e a Educação – e apenas mais tardiamente na Filosofia, disciplina na qual, de modo diverso, seu legado se faz mais presente hoje, especialmente nos países do norte.

A principal via de entrada da Teoria Crítica da Sociedade no Brasil se dá na década de 1960, quando a obra de Walter Benjamin começa a ser citada em livros de ensaios e análises de poemas, pelas mãos de figuras (hoje canônicas em meio à intelectualidade brasileira), como Roberto Schwarz e José Merquior (CAMARGO, 2012; DUARTE, 2015). Obras pontuais de autores frankfurtianos começavam a fazer-se presentes em cursos de graduação de áreas variadas. Os estudos sobre a personalidade autoritária, por exemplo, que mencionamos acima, comparecia, em meados de 1960, na bibliografia de cursos ministrados por Fernando Henrique Cardoso na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Em São Paulo, Roberto Schwarz tornou-se um dos responsáveis por explorar as relações entre literatura e sociedade (especialmente em seus estudos sobre a obra de Machado de Assis) valendo-se de modelos crítico-literários adornianos.

³. Sublimação é o processo postulado por Freud para explicar atividades humanas consideradas elevadas pela sociedade (voltadas à arte, ao pensamento ou à ciência), não relacionadas à satisfação de impulsos sexuais, mas que teriam na libido sua força propulsora.

Convém lembrar aqui a existência de um debate acirrado, que se encontrava em curso nos países europeus ao menos desde a década de 1930, em torno às justificativas e métodos para uma crítica de arte de inspiração marxista, que envolveu de saída nomes de peso como György Lukács, Lucien Goldmann, Antonio Gramsci, Bertold Brecht. Debate especialmente valorizado na medida em que se discutia o papel dos intelectuais na organização da cultura, e sua contribuição para uma produção artística capaz de formar e expressar o espírito de uma sociedade revolucionária. A *Teoria do romance*, de Lukács, e os ensaios de Benjamin sobre a poesia de Charles Baudelaire mostraram-se particularmente relevantes nesse contexto, enquanto capazes de demonstrar as imbricações entre a cultura e a lógica da mercadoria, entranhadas, a seu turno, nas formas assumidas pela obra de arte (ideia, aliás, que justificava e tornava possível a própria crítica imanente).

A dramaticidade das desigualdades sociais nos países da América Latina, contudo, pareciam tornar supérfluas as discussões que não fossem impulsionadas pela tarefa urgente de vencer, pela via política e/ou educacional, o quadro de miséria em que se encontrava nossa população. As discussões que ocupavam nossos estudiosos e militantes direcionavam-se para a busca de subsídios teóricos para uma práxis revolucionária e para a avaliação do quadro político partidário e internacional. Se parecia pouco pertinente à militância daquela época dedicar-se à busca de modelos de avaliação crítica para uma produção cultural ainda pequena e recente como a brasileira – discussão que permaneceu circunscrita, então, às esferas universitárias –, ainda mais estranho pareceria debruçar-se sobre autores como Adorno, que supostamente defenderia (em uma leitura bastante equivocada) uma “práxis negativa” – como se a teoria crítica fosse proposta em detrimento de uma teoria da ação. Em meio aos embates da recepção marxista pela intelectualidade de esquerda no país – em um momento no qual a luta armada ainda figurava como alternativa para resistência à ditadura militar – a crítica frankfurtiana encontrou uma recepção incipiente.

Mais lidos e traduzidos então eram autores discutidos pelos militantes do partido comunista – como György Lukács – e dos grupos católicos – como Antonio Gramsci, que pareciam oferecer categorias mais prolíficas para o trabalho político que se buscava organizar.

Em uma outra ponta do espectro acadêmico, naquela mais iminente sociológica, Gabriel Cohn, professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, vai se valer dos estudos de Adorno e de Jürgen Habermas para inaugurar um campo de estudos em teoria da comunicação no Brasil – país, frisando, onde a televisão exerce até os dias de hoje um protagonismo ímpar no estabelecimento de uma identidade nacional e na (in)determinação de seus rumos políticos (MUSSE & KLEIN, 2018). Não por um acaso, uma das primeiras obras de Walter Benjamin traduzidas para o português foi *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (BENJAMIN, 2012), ensaio marcado pela influência marxista no estudo das mediações da arte e da comunicação. Embora este ensaio constitua leitura obrigatória hoje na grande maioria dos cursos de graduação destas duas áreas, importante lembrar que também nos demais países do mundo a recepção dos trabalhos de autores frankfurtianos foi tortuosa e carregada de desventuras. As dificuldades para a tradução, a circulação e a publicação de manuscritos era enorme no período entreguerras, tornando-se ainda mais dramática com o advento da IIGM. De forma contrária ao almejado por Benjamin, este ensaio não pode ser traduzido, nem publicado para o inglês enquanto o autor estava vivo (JAY, 1986). Antes que seu texto se tornasse conhecido, então, a leitura indireta de Marshall McLuhan foi quem fez-se responsável por trazer o tema das mediações à baila, em meados de 1960, com títulos como *A galáxia de Gutenberg* e *O meio é a mensagem*. O autor canadense tornaria-se mundialmente

conhecido, contribuindo para difundir as discussões sobre a participação dos meios de comunicação na conformação de nossa percepção, comportamento, modos de relacionamento e mesmo na compreensão dos objetos mediados. O viés da escola canadense passava, no entanto, ao largo da crítica, com base em uma abordagem técnica e mesmo determinista do comportamento dos comunicadores – um dos motivos, aliás, por detrás do sucesso de suas publicações (COHN, 1971).

O ensaio de Benjamin, escrito no final da década de 1930, pouco antes de sua morte precoce, debruça-se sobre os potenciais revolucionários e/ou regressivos do cinema – em franca ascensão na época – tendo em perspectiva as consequências da mediação do aparelho e das novas técnicas de reprodução dos objetos artísticos para a experiência estética. No artigo sobre a reproduzibilidade culminam reflexões que vinham ocupando Benjamin já há alguns anos, sobre a história da fotografia (e suas implicações para as artes visuais), da literatura e da cultura, as relações entre as formas de produção de imagens, nossa memória e subjetividade, bem como o uso de instrumentos tecnológicos e a conformação de nossa experiência. Nele, Benjamin explora os modos como nossa percepção é transformada pelo cinema e as consequências na transformação do valor de culto em valor de exposição pela obra cinematográfica mercantilizada, defendendo, a despeito das críticas expostas, o caráter artístico do filme e seu emprego pelas forças revolucionárias. Lembrando que Hitler fez uso à mão cheia do cinema como instrumento de propaganda, assim como o regime comunista soviético.

Embora Theodor Adorno fosse amigo de Benjamin e tributário de muitas das reflexões tecidas neste ensaio, sua posição era muito mais reticente frente aos novos meios de comunicação. Assim que emigra para os Estados Unidos (anos antes de dedicar-se à redação da *Dialética do Esclarecimento* e aos estudos sobre personalidade), Adorno aceita um posto como membro da equipe de pesquisa organizada pelo sociólogo alemão Paul Lazarsfeld e financiada pela Fundação Rockefeller para desenvolver estudos sobre o rádio. Constituía então motivo de particular preocupação nos Estados Unidos o poder alcançado pelo rádio na definição dos rumos políticos do país, especialmente decisivo nas duas primeiras eleições de Franklin D. Roosevelt. Investigando o modo como a mediação do rádio lesionava a experiência estética musical – tornando falaciosos os programas de “democratização da música erudita” tão populares nos Estados Unidos na época –, Adorno destrincha os mecanismos de produção dos *hits* musicais que consolidavam-se nas agora chamadas “paradas de sucesso” (CARONE, 2018). Diferentemente do que defendia Benjamin em relação ao filme, Adorno julgava deletéria a transmissão de concertos musicais via rádio, bem como a sustentação do filme como obra de arte (que ele reconhece apenas tardiamente). O cerne de suas inquietações estava na regressão da experiência que figurava como sub-produto do que mais tarde, ao lado de Horkheimer, ele chamaria de “indústria cultural”.

Estudos sobre a indústria cultural ganham força no Brasil também na década de 1960. Em 1971, surge a coletânea organizada por Gabriel Cohn *Comunicação e indústria cultural* – mesma época em que Luiz Costa Lima publica seu *Teoria e cultura de massa*, no Rio de Janeiro. Cohn é quem assume a primeira cadeira de Sociologia da Comunicação na USP, instituição que passa a oferecer um inédito programa de doutorado na área. Já em 1980, aparece o volume *Theodor W. Adorno*, organizado por ele e dirigido por Florestan Fernandes, na Coleção Grandes Cientistas Sociais.

Interessante frisar que os meios de comunicação de massa passam a ser assim chamados exatamente porque seus instrumentos inauguram formas próprias de agrupamento social. Ainda

que a edição de um livro contenha dois mil exemplares, seus eventuais dois mil leitores não estarão sentados ao mesmo tempo diante das mesmas páginas. Como descrito por Adorno, a ubiquidade constitui um atributo próprio ao aparelho. Um programa transmitido pelo rádio será ouvido simultaneamente por milhares de pessoas. Em outras palavras, os meios de comunicação de massa fazem exatamente isso: formam massas. O que não se dá sem consequências, tanto em termos políticos, sociais e culturais quanto para a constituição subjetiva – levando-nos a retomar as discussões sobre Psicologia das Massas em um outro patamar. Na medida em que recuperamos estas discussões para o atual contexto, encontramos projetos em construção que buscam explorar as reflexões teórico-críticas sobre a mediação da experiência para compreender como os meios digitais, que possuem características peculiares e redesenham uma experiência outrora estruturada em relação aos meios de comunicação eletrônicos – colocando em questão inclusive se e como os meios digitais conformam massas de usuários.

Encaminhando essa breve exposição para seu fim, convém esclarecer que o Instituto de Pesquisa Social continua ativo na cidade de Frankfurt, na Alemanha. Autores como Adorno, Benjamin, Horkheimer, Marcuse, Ernst Bloch, Siegfried Kracauer, Leo Löwenthal e outros costumam ser considerados como pertencentes à primeira geração de frankfurtianos. Desde que a crítica à razão empreendida por Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*, para alguns de seus sucessores, criaria um impasse, colocando a tarefa mesma da crítica em um beco sem saída, Jürgen Habermas, que fora discípulo de Adorno, vai optar pela defesa de uma razão comunicativa (paralela àquela instrumental), reaproximando-se da sociologia de Weber. A proximidade, outrossim, de uma abordagem foucaultiana da linguagem, faz com que Habermas (2016), ainda que imbuído da missão de dar continuidade ao projeto de articular a contribuição das ciências sociais empíricas aos fins emancipatórios de uma filosofia materialista, o faça em detrimento de preceitos basilares do próprio marxismo, em favor de uma perspectiva intersubjetiva.

O campo frankfurtiano reorganiza-se significativamente a partir da contribuição de Habermas, que continua vivo e segue produzindo, mostrando-se presente hoje, em especial, na área do Direito e da Ciência Política. Axel Honneth (2009), por sua vez, que sucede Habermas na Universidade de Frankfurt, irá discutir seu legado, sustentando que a solução habermasiana criaria novas aporias ao alimentar uma “lógica do acordo” entre sistema e mundo da vida, distintos e hipostasiados, em detrimento da exposição necessária dos conflitos sociais. Partindo de uma releitura de Hegel, mais propriamente da primeira fase de seu pensamento, e de uma reaproximação da Psicologia – ora, da Psicologia Social de George H. Mead e da psicanálise de Donald W. Winnicott –, Honneth debruça-se sobre o processo de construção social da identidade, tanto em sentido pessoal quanto coletivo, a partir da qual se daria a luta pelo reconhecimento. Reconhecimento posto em foco ante à experiência de reconhecimento denegado ou desrespeito (incluindo aí a violação e a privação de direitos) resultante da luta permanente, em curso nas sociedades modernas, pela elevação do prestígio e da estima social, com o recurso de meios de força simbólica.

A discussão em torno da questão da identidade coloca em lados diversos uma geração recente de feministas consideradas representantes da “nova esquerda”, que reivindicam uma filiação à teoria crítica da sociedade. Em diálogo com as obras de Habermas e Honneth, também de Adorno, de Foucault e de autoras feministas como Simone de Beauvoir e Angela Davis, esta nova geração de pensadoras alterna-se entre a defesa de uma noção de identidade fundante das lutas por justiça e reconhecimento, bem como pelo acesso a políticas públicas específicas, e a crítica ao enrijecimento das categorias de identidade, que reificadas, contribuiriam mais para a

estigmatização do que para a superação das desigualdades. No primeiro grupo, encontramos nomes como os de Seyla Benhabib, Jean Cohen e Susan Okin, enquanto no segundo, figuram Judith Butler, Nancy Fraser e Ina Kerner, dentre outras (DADICO, 2016). As reflexões propostas por estas diferentes autoras demandariam por si, como outros pontos apenas levemente abordados neste breve texto, uma discussão bastante mais aprofundada – algo, que, no entanto, fugiria ao escopo deste artigo, qual seja, de apresentar e sistematizar algumas das contribuições frankfurtianas para a discussão política atual.

Considerações finais

De um só fôlego, procurei sistematizar neste texto algumas das contribuições que julgo mais relevantes para a reflexão e organização de estratégias capazes de fazer frente ao ciclo atual do capitalismo – cenário que conjuga aspectos do neofascismo às feições da cultura digitalizada. Sem qualquer pretensão, não é demais enfatizar, de esgotar o espectro de análises frankfurtianas, tampouco de apresentar uma visão totalizante da história de sua recepção no Brasil.

Embora apresente-se de forma encadeada, esta exposição organizou-se em torno de quatro eixos:

- 1) uma visão das articulações entre ideologia, estrutura sócio-econômica e aspectos da personalidade/caráter – apontando e justificando, em uma visão interdisciplinar e com a contribuição da Psicologia, a tendência para o fascismo latente nas sociedades contemporâneas;
- 2) a crítica da cultura contraposta a uma teoria da ação, hegemônica no Brasil na segunda metade do século XX, como fator para uma recepção particular da Teoria Crítica da Sociedade no Brasil;
- 3) apresentação de estudos críticos sobre as mediações tecnológicas da experiência, tendo em vista os aspectos políticos, sociais, culturais e psicológicos afetados pela difusão dos meios de comunicação de massa e/ou digitais;
- 4) histórico dos movimentos recentes no âmbito da Teoria Crítica da Sociedade, com foco em algumas das principais polêmicas que fundamentam os trabalhos de Habermas, Honneth, Nancy Fraser, Judith Butler, Seyla Benhabib e outra/os.

Espero que este breve roteiro possa colaborar na construção de saídas profícuas para a superação do quadro de miséria econômica e moral no qual nos vemos atualmente imersos. Se, como afirmava Benjamin, a história da cultura é a história da barbárie, que os intervalos instituídos pelas forças progressistas, com maior ou menor (im)pertinência, possam fazer-se sempre e cada vez mais preponderantes.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T.W., FRENKEL-BRUNSWIK, E., LEVINSON, D., & SANFORD,

R.N. *The Authoritarian Personality*. Oxford-UK: Harpers, 1950.

ADORNO, T.W., & HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido A. Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: Benjamin, W., Schöttker, D., Buck-Morss, S., & Hansen, M. *Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CAMARGO, S. C. A recepção da Teoria Crítica no Brasil 1968-1978. *Revista Digital Em Debate*, n.7, 2012. <https://doi.org/10.5007/1980-3532.2012n7p126>

COHN, Gabriel. (org.) *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e “cultura de massa” nessa sociedade*. 2. ed. Direção: Florestan Fernandes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. (Biblioteca universitária, série 2a., vol. 39)

CARONE, I. *Adorno em Nova Iorque: os estudos de Princeton sobre a música no rádio (1938-1941)*. São Paulo: Almaeda, 2018.

CARONE, I. A personalidade autoritária: estudos frankfurtianos sobre o fascismo. *Revista Sociologia em Rede*, vol.2, n.2, 2012.

CARONE, I. A Psicologia das Multidões de Gustave Le Bon (1841-1931): Massas e Poder. In: XIV Encontro Nacional da Abrapso – Diálogos em Psicologia Social. *Anais do XIV Encontro Nacional da Abrapso*. Rio de Janeiro: ABRAPSO/CD, 2007. p. 05-09.

DADICO, L. Relações de gênero e conhecimento em Psicologia: contribuições da Teoria Crítica. *Psicologia em Estudo*, v.21, n.3, 2016, pp. 389-398. doi: 10.4025/psicoestud.v21i3.31340

DUARTE, R. Atualidade da Teoria Crítica no Brasil: o exemplo da indústria cultural. *Revista Ideação*, 31, 2015, pp. 185-202.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu. In: *Obras Completas*, vol.15. Trad. P.C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FROMM, E. *Conceito marxista do homem*. Trad. Octavio A. Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1983a.

FROMM, E. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983b.

HABERMAS, J. Teoria do agir comunicativo. Trad. Paulo A. Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. Apres. Marcos Nobre. São Paulo: 34, 2009.

JAY, M. *A imaginação dialética: história da escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

JAY, M. *Permanent Exiles: essays on the intellectual migration from Germany to America*. New York: Columbia University Press, 1986.

MARCUSE, H. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. São Paulo: Círculo do Livro, 1956.

MUSSE, R., & KLEIN, S. Um olhar sobre a teoria crítica no Brasil: entrevista com Gabriel Cohn. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v.30, n.3, 2018, pp. 289-300.

REICH, W. *Análise do caráter*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MOURO

ISSN 2175-4837

REICH, W. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. ROUANET, S. *Teoria Crítica e Psicanálise*. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.